

O ENSINO INTERDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: INTERFACES ENTRE O TERRITÓRIO, A SOBERANIA ALIMENTAR E A ORGANIZAÇÃO COLETIVA NO CAMPO

INTERDISCIPLINARY TEACHING IN YOUTH AND ADULT EDUCATION: INTERFACES BETWEEN TERRITORY, FOOD SOVEREIGNTY AND COLLECTIVE ORGANIZATION IN THE COUNTRYSIDE

Autor (Gabriel de Oliveira Silva)¹
Autor (Renata Moraes de Oliveira)²

Área Temática 4 -Agroecologia, Agricultura Familiar Camponesa e Soberania Alimentar.
Modalidade: Resumo expandido

1. Introdução

A Educação de Jovens e Adultos e Idosos (EJAI) constitui uma modalidade estratégica de educação básica voltada à garantia do direito à aprendizagem ao longo da vida, especialmente para populações historicamente excluídas do sistema formal de ensino. Em áreas do campo da Amazônia, como no interior do estado do Pará, em Santo Antônio do Tauá na EJAI ganhou contornos ainda mais desafiadores, além das diversas dificuldades para chegar a escola, a articulação entre as lutas por terra, valorização das identidades e sobrevivência cultural o desperdício e uso de fertilizantes artificiais se mostrou uma problemática. Neste contexto, este trabalho buscou refletir como a produção de práticas educativas interdisciplinares como estratégia que melhor atendam às necessidades concretas dos educandos do campo, articulando saberes escolares e populares associados aos conceitos de soberania alimentar e a organização coletiva pode fortalecer o campo?

A importância deste trabalho se justifica em seu potencial de promover uma educação crítica, contextualizada e emancipatória, ao integrar práticas pedagógicas a temas transversais de relevância social, como agroecologia, sustentabilidade, segurança alimentar e organização socioproductiva. Através de uma abordagem interdisciplinar, busca-se superar a fragmentação curricular tradicional, integrando diferentes áreas do conhecimento a partir de uma

¹ Universidade Federal do Pará, gabriel.silva@ineaf.ufpa.br.

² Instituto Federal do Pará; renata.oliveira8013@gmail.com

problemática da comunidade dos sujeitos: o enfraquecimento da agricultura familiar e a dependência de insumos externos.

A soberania alimentar, conceito amplamente debatido por autores como Caldart (2004), Pereira (2015) e Hage (2010), é compreendida como o direito dos povos a definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares, com base em práticas sustentáveis, culturais e territorialidades. Ela se contrapõe ao modelo de monocultura, promovendo a valorização da produção local, do trabalho camponês e da autonomia alimentar. No campo educacional, discutir soberania alimentar é ampliar o sentido da escola do campo como espaço de produção de conhecimentos à vida e ao território dos indivíduos.

A abordagem deste trabalho ancora-se também na pedagogia freireana, que compreende a educação como prática libertadora e de transformação (FREIRE, 1996). A pedagogia crítica oferece suporte teórico-metodológico para o desenvolvimento de práticas interdisciplinares, participativas e comprometidas com a realidade dos educandos, como propõe também a pesquisa participante (BRANDÃO, 1984), base da metodologia aqui adotada.

O presente estudo teve por objetivos principais o fortalecimento de práticas do ensino interdisciplinar na EJAÍ, articulando currículo escolar a temas geradores comumente das ciências agrárias temas geradores a todas as áreas dos conhecimentos, os sistemas de plantios e criação, oriundos da realidade local; Discutir a soberania alimentar, para propor práticas vinculadas à agricultura familiar, com práticas sustentáveis, aqui pautado na compostagem, nos espaços familiares dos alunos e a diversificação de atividades para assimilação dos conteúdos .

A proposta vincula-se a diversas áreas temáticas da educação, contribui com a formação cidadã e crítica dos sujeitos da EJAÍ. Na área de meio ambiente e agroecologia, promove práticas sustentáveis como a compostagem orgânica e o manejo adequado de resíduos.

Assim, este trabalho insere-se na perspectiva de uma educação transformadora, voltada à escuta ativa das comunidades, à coautoria do conhecimento e à devolutiva concreta das ações educativas, contribuindo para a construção de um modelo de escola do campo enraizado na vida e na luta de seus sujeitos.

2. Metodologia

A experiência metodológica foi ancorada na pesquisa participante, compreendida como um processo investigativo no qual educadores e educandos construíram conjuntamente os

caminhos do conhecimento a partir da realidade vivida. [...] para isso foram construídas composteiras em pilha e em baldes, durante o curso formador e posterior aplicação nas propriedades dos educandos, além da elaboração de fanzine, simulação da criação de uma empresa ou cooperativa, construção de maquetes.

Participaram das atividades alunos de 2 turmas da EJAI de Santo Antônio do Tauá, no total de 40 educandos, e 5 docentes das diferentes áreas do conhecimento e um instrutor do SENAR. As atividades estiveram divididas entre teóricas e práticas, construção das composteiras, e das atividades das disciplinas, em 4 dias de formação.

3. Resultados/Discussões

A análise dos resultados revela o alcance efetivo de uma prática educativa transformadora, capaz de articular o conhecimento escolar aos saberes locais e às demandas concretas das comunidades rurais. A partir das atividades realizadas — durante a formação em compostagem e a implantação de composteiras nos quintais — foi possível suscitar mudanças significativas nas percepções, atitudes e práticas dos educandos da EJAI em relação à sua própria realidade, como vinha sendo cuidado o lixo.

O protagonismo dos sujeitos do campo emergiu como um dos principais indicadores de êxito da proposta. Com a mediação pedagógica e o estímulo ao dialógico, os educandos passaram a reconhecer seu papel social para o fortalecimento das estratégias econômicas locais. As reuniões comunitárias e seus saberes empíricos, os registros escritos nas atividades evidenciaram a capacidade dos participantes de elaborar seus projetos sustentáveis gerando renda, mas sem degradar o meio ambiente. Bem como, a iniciativa de reestruturar uma associação desativada, como forma de buscar mais formações e potencializar suas lutas.

Outro resultado relevante foi a valorização de práticas sustentáveis e ecologicamente responsáveis com uso de adubo orgânico. A oficina de compostagem, realizada em parceria com o SENAR, não apenas ofereceu conhecimentos técnicos, mas gerou mudanças nas práticas do cotidiano dos participantes, de jogar fora o que pode servir. As composteiras instaladas em quintais tornaram-se espaços de aprendizagem contínua, reutilização de resíduos e produção de adubo orgânico. Muitos dos educandos passaram a replicar a prática em suas propriedades ou a orientar vizinhos, demonstrando que o conhecimento construído em sala de aula pode reverberar na comunidade e estimular redes de solidariedade e inovação local.

A reflexão crítica sobre a soberania alimentar a valorização do trabalho do homem do campo também foi aprofundada no decorrer do projeto. Nele os educandos passaram a discutir e compreender que a autonomia alimentar está diretamente relacionada ao direito de decidir desde o que se planta ao mercado que pretende atingir, e claro o que se almeja ganhar. Essa tomada de consciência fortaleceu o vínculo com a terra, com os modos de vida tradicionais e com a ideia de pertencimento ao território, e de reconhece seu valor perante a sociedade.

O impacto da proposta educativa com o reconhecimento de suas práticas culturais ancestrais, mas da vontade de transformar a realidade reforçou a autoestima e o sentimento de pertencimento. A EJAI, tradicionalmente é marcada pela evasão e pela desmotivação, foi ressignificada como espaço de troca e resistência.

Portanto, os resultados analisados demonstram que uma educação transformadora, pautada na interdisciplinaridade e na pesquisa participante, pode efetivamente contribuir para que os sujeitos do campo se desenvolvam econômica e socialmente, sem abrir mão da preservação ambiental e do compromisso com as futuras gerações. Essa prática pedagógica rompe com a lógica assistencialista e aponta para uma concepção de educação como instrumento de independência e sustentabilidade.

4. Considerações Finais ou Conclusão

A análise dos resultados evidenciou o potencial de uma prática educativa transformadora, conforme defendido por Freire (1996), ao articular os saberes escolares aos conhecimentos populares e ao cotidiano dos sujeitos da EJAI no campo. Os dados apontam para o fortalecimento do protagonismo dos educandos, especialmente a partir da reestruturação da associação comunitária rural, que passou a ser espaço de discussão política, organização coletiva e elaboração de estratégias econômicas sustentáveis. Essa experiência reflete a compreensão de Freire de que “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos” (FREIRE, 1996, p. 30) e que o conhecimento só tem sentido quando enraizado na vida concreta dos sujeitos.

A associação, antes inativa, foi reativada por meio do engajamento dos próprios educandos, o que se aproxima da concepção de Arroyo (2004), que defende que os sujeitos do campo não são apenas destinatários de políticas, mas protagonistas de suas próprias histórias e direitos. Como aponta o autor, “é necessário reconhecer a diversidade e a dignidade dos sujeitos do campo para que a educação cumpra seu papel de justiça social” (ARROYO, 2004, p. 28). O

desejo coletivo de reestruturar a associação demonstra um plano de fortalecimento e apropriação crítica das políticas públicas.

A valorização das práticas sustentáveis, o pensar no futuro, também esteve no centro dos resultados alcançados. A oficina contribuiu na disseminação de uma cultura de aproveitamento consciente dos resíduos e geração de adubo orgânico. Essa prática se relaciona com a perspectiva de Caldart (2000), segundo a qual a educação do campo deve ser “um projeto político-pedagógico que articula trabalho, território e natureza” (CALDART, 2000, p. 77). se consolidou durante e depois das atividades.

Ao mesmo tempo, os educandos passaram a compreender a soberania alimentar como parte do direito a partir das discussões promovidas no projeto, emergiu a ideias de que produzir alimentos saudáveis, de forma sustentável e com base em conhecimentos locais, é também uma forma de resistência e afirmação cultural. Segundo Hage (2010), na Amazônia, a soberania alimentar representa não apenas um modelo alternativo de produção, mas um modo de vida vinculado ao território: “é a autonomia dos sujeitos sobre o que plantam, como plantam e como consomem” (HAGE, 2010, p. 36).

A compostagem, além de sua função prática, tornou-se um símbolo do “cuidado com a terra” e da interdependência entre natureza, alimento e vida. Isso dialoga com os estudos de Pereira (2015), que afirma que a soberania alimentar na Amazônia só é possível quando os sujeitos dominam os processos de produção e mantêm suas práticas em sintonia com os ciclos naturais do ecossistema (PEREIRA, 2015, p. 112).

Outro resultado relevante foi a valorização de seus saberes e experiências, conforme destaca Brandão (1984), permite que o educando se reconheça como sujeito produtor de conhecimento, e não apenas receptor de conteúdo. A pesquisa participante aqui utilizada funcionou como “ato de escuta, devolutiva e construção conjunta da realidade” (BRANDÃO, 1984, p. 43), bucou soluções a problemas reais e suscitou soluções possíveis nele o engajamento e entusiasmo, formando cidadãos críticos e autônomos, capazes de transformar suas realidades com consciência ambiental, organização coletiva e sustentabilidade econômica.

5. Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel. *Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. *Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica*.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. Campinas: Papirus, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.